

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte cinco, de forma virtual, por meio da plataforma Teams, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras: **Dia 27/02/2025 – Aparecida Gonçalves**, Ministério das Mulheres (MMulheres) e Presidenta do CNDM; **Adélia Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); **Adriana Rodrigues Martins**, Ministério das Relações Exteriores (MRE); **Adriana Rosa dos Santos**, Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul; **Alice Bianchini**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Alison Regina Mazza Lubascher**, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil BPW; **Amanda Gomes Corcino**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Brenda Natacha de Alencar Félix**, Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); **Camila Mafioletti Daltoé**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFNSR); **Carolina Saravia**, Conselho Federal de Psicologia (CEP); **Cecília Bizerra Souza**, Casa Civil; **Cleide Silva Pereira Pinto**, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); **Ivanete Alves de Oliveira**, União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO); **Jane Maria Vilas Boas**, Ministério do Meio Ambiente (MMA); **Karina Miranda da Gama**, Ministério da Cultura (MINC); **Leila de Andrade Linhares Barsted**, Conselheira Emérita; **Lourdes Andrade Simões**, Marcha Mundial das Mulheres; **Manoela Gonçalves Silva**, Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Maria Augusta Martins Rodrigues Torres**, Secretária -Geral (SG); **Maria José Moraes Costa**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); **Marilha Boldt**, Instituto Superação da Violência Doméstica; **Monique Damas da Costa Andrade**, Instituto Juristas Negras (IJN); **Olgamir Amancia Ferreira**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Renata de Souza Reis**, Ministério da Saúde (MS); **Sandra Laules**, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sandralli de Campos Bueno**, Coalizão Negra por Direitos; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Valéria Cristina Vilhena**, Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM); **Rosane da Silva**, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres (MMulheres); **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Assessora de Participação Social e Diversidade do Ministério das Mulheres (MMulheres); **Rosana Maria Mota da Silva**, Secretária Executiva do CNDM (MMulheres); **Rayssa Cruz**, Assistente do CNDM; **Bárbara Brenda Saraiva Barbosa**, Apoio Técnico; **Geovana da Silva Pereira**, Assistente Administrativo. Justificaram faltas as conselheiras **Andremara dos Santos**, Notório Conhecimento; **Celina Alves Padilha Arêas**, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). **Abertura da Reunião 27/02/2025:** A Ministra e Presidenta do CNDM, Cida Gonçalves, iniciou a reunião dando boas-vindas a todas e anunciando sua eleição como presidenta do Mecanismo de Avaliação da Convenção de Belém/PA. Com isso, o



44 Brasil sediará, em Belém/PA, no mês de junho deste ano, a V Conferência da Organização
45 dos Estados Americanos (OEA). Esse evento representa mais uma importante atividade
46 para o Conselho e para o Ministério das Mulheres. Em seguida, foi apresentada e aprovada
47 a seguinte pauta da 1ª Reunião Extraordinária do CNDM: 1. Metodologia e Tema da V
48 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; 2. Encaminhamento; 3.
49 Encerramento. Foi sugerido, posteriormente, recuperar o regulamento e o regimento do
50 Conselho anterior para dar continuidade ao que já foi produzido. Repassar também
51 métodos e princípios das quatro conferências anteriores. Enfatizou a importância de
52 finalizar o regulamento e construir um “texto base” que sirva de orientação para todas as
53 conferências, alinhado com as diretrizes do conselho e da coordenação da Conferência.
54 Logo após, foi apresentado o documento realizado pela Comissão de Sistematização,
55 confirmando a metodologia das conferências aprovadas no último pleno. Entre 7 de março
56 e 30 de julho, pretende-se realizar as conferências livres, municipais, estaduais e distrital.
57 No período de junho a julho, ocorrerá a organização das conferências regionais e
58 territoriais. Já nos meses de agosto e setembro, será feita a sistematização das propostas e
59 textos originados nas conferências realizadas. Em seguida, foi apresentada a proposta das
60 Conferências Livres, que têm o objetivo de ampliar a participação das mulheres,
61 considerando suas vivências e territórios. Funcionam como um instrumento pedagógico
62 de mobilização e estratégia para promover debates sobre democracia e igualdade,
63 estimular a diversidade na participação social, fortalecer a construção de propostas para
64 enfrentar desigualdades e contribuir com a etapa nacional da V Conferência. Ainda, as
65 conferências livres permitem a eleição de delegadas para a conferência nacional. Essas
66 conferências podem ser convocadas por grupos, instituições, entidades e movimentos
67 sociais, e devem ser custeadas pelos próprios proponentes, contando com apoio na
68 divulgação pelo Ministério das Mulheres e pela Coordenação da V Conferência.
69 Enfatizou-se que a participação nas Conferências Livres não impede a presença nas
70 conferências municipais e estaduais. Além disso, quem não for escolhido como delegada
71 nas Conferências Livres ainda poderá disputar vagas para a etapa nacional. As
72 Conferências Livres não concorrem com essas etapas, contudo, posteriormente, será
73 definidos os critérios de tirada de delegadas, número de participação. Explanou a
74 importância de pensar os critérios no regimento para a participação das mulheres nas
75 Conferências Livres na etapa nacional. Ressaltou que muitas dessas mulheres estão no
76 Brasil profundo, exigindo deslocamentos longos e custosos, o que impacta a previsão da
77 participação. Ao definir valores fixos, sugeriu-se que a organização trabalhe com
78 porcentagens para determinar o número de delegados, garantindo que os recursos sejam
79 alocados de forma mais estratégica. Além do transporte, também é necessário considerar
80 subsídios para alimentação e outros necessários. Posteriormente, foram apresentadas as
81 propostas de temas e os slogans para a V Conferência. Tiveram oito sugestões: 1. “Mais
82 Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquista para Todas”; 2. “Democracia e Igualdade,
83 Novas Formas de Lutar”; 3. “Democracia e Igualdade, dialogar para Disseminar”; 4.
84 “Democracia e Igualdade: Juntas, construímos o Futuro”; 5. “Democracia é Participação.
85 Igualdade é Transformação”; 6. “Unidas pela Democracia, Fortes pela Igualdade”; 7.
86 “Vidas e Direitos Futuros para as Mulheres”; e 8. “Mulheres, todas em Defesa da
87 Democracia e por Justiça Social”. Essas propostas foram enviadas no grupo de WhatsApp
88 do Triênio do CNDM para que as conselheiras pudessem votar o tema e o slogan da V
89 Conferência. Destacou-se que o tema e o slogan devem refletir a identidade da
90 conferência, focando na diversidade e participação das mulheres, e que o visual não deve



91 usar rostos, mas sim imagens representativas, como mãos como símbolo de luta. Após, foi
92 explanado que algumas Comissões preparatórias da V Conferência estavam com pouca
93 participação. A proposta foi reequilibrar as comissões, ajustando a quantidade de
94 participantes com base nos critérios de disponibilidade e identificação, seguindo a
95 composição do conselho: 40% do governo e 60% da sociedade civil, sendo este o mínimo
96 de representação para cada comissão. A propositura não foi a votação pois as comissões
97 já foram definidas e o processo de organização foi encerrado. Ficou a possibilidade de
98 rever comissões posteriormente, caso as demandas justificassem as mudanças. Agora,
99 cada comissão dará início aos trabalhos conforme suas atribuições. As comissões foram
100 compostas da seguinte maneira: **Comissão Organizadora**, pelo CNDM: Celina Arêas
101 (CTB), Lourdes Simões (MMM), Adriana Rosa (Fórum Mercosul), Vanja Santos
102 (UBM), Ivania Teles (SG/PR) e Rafaela Damaceno (INAMUR). Pelo MMulheres: Kátia
103 Guimarães (Chefe de Gabinete), Maria Helena Guarezi (Secretária Executiva), Fátima
104 Cleide (SENATP), Rosane da Silva (SENAEC) e Pagu Rodrigues (SENEV). **Comissão**
105 **de Sistematização**, pelo CNDM: Alice Bianchini (Notório Conhecimento), Olgamir
106 Amancia (Notório Conhecimento), Celina Arêas (CTB) e Berenice Jacinto (CNTE). Pelo
107 MMulheres: Rosana Mota (Sec.Executiva CNDM), Andreza Xavier (SENATP), Eli Torres
108 (SE), Ísis Táboas (Gabinete), Jordana Cristina de Jesus (Gabinete), Marcela Noman
109 (SENEV), Maria Angélica da Costa (SENEC) e Anita Cunha Monteiro (SENEV).
110 **Comissão de Metodologia**, pelo CNDM: Leila Linhares (Emérita), Camila Mafioletti,
111 Vanja Santos (UBM), Brenda Félix (ABL), Mazé (CONTAG), Monique Damas (IJN),
112 Valéria Cristina Vilhena (EIG), Andremara dos Santos (Notório Conhecimento),
113 Elisângela Lizardo (MCTI), Maraisa Lessa (MEC) e Amanda Corsino (CUT). Pelo
114 MMulheres: Atiliana Brunetto (ASPAD), Viviane Cesário (SE), Rayssa Garcês (SENEV)
115 e Simone Shaefer (SENAEC). **Comissão de Mobilização e Articulação**, pelo CNDM:
116 Santa (UNEGRO), Sandra Braga (CONAQ), Sandra Laules (RNMNegras), Mazé
117 (CONTAG), Viviana Mesquita (MDA), Iya Sandrali (Coalizão Negra), Cecília Bizerra
118 Sousa (Casa Civil), Marilha Boldt (ISVD), Adélia Pessoa (IBDFAM) e Lourdes Simões
119 (MMM). Pelo MMulheres: Ana Lúcia Alves (SENATP), Dejany Schrader (SE), Joci
120 Aguiar (Gabinete), Letícia Rezende (SENAEC) e Nerylene Assis (SENEV). **Comissão de**
121 **Comunicação**, pelo CNDM: Bruna Benevides (ANTRA), Manoela Gonçalves (ABMCJ),
122 Cleide Pinto (FENATRAD), Guta Torres (SG/PR) e Ivania Pereira (SG/PR). Pelo
123 MMulheres: Gisele Federicce (ASCOM), Ellen Costa (SENEV), Lucimar Lopes
124 (SENEV) e Edneide Arruda (SENATP). **Comissão de Cultura**, pelo CNDM: Alison
125 Lubascher (BPW), Sarah Ribeiro (ONCB), Tereza Godinho (MTE), Adriana Rosa (Fórum
126 Mercosul), Karina Miranda da Gama (MINC), Adria Ferreira (RNPLP) e Jane Maria Vilas
127 Boas (MMA). Pelo MMulheres: Luzinete Carvalho (SENATP), Leila Rebouças (SE),
128 Lucimara Cardoso (Gabinete), Bárbara Antunes (SENEV) e Danielle Veloso (SENATP).
129 **Comissão de Infraestrutura**, pelo CNDM: Sônia Zerino (CNTI) e Jovanna Baby
130 (FONATRANS). Pelo MMulheres: Juciane Prado (SE), Tathiane Freitas (Cerimonial),
131 Adriana Matos Pereira (SENEV), Luzinete Carvalho (SENATP) e Cibele Meireles Santos
132 (SENAEC). Posteriormente, foi informado que as componentes que estão na comissão
133 organizadora fariam parte de outras comissões como ponto focal, com a possibilidade de
134 mudança futuramente pelo próprio pleno. Sugeriu-se que no regimento da conferência
135 viesse descrito o papel de cada comissão. Como encaminhamentos da 1º Reunião
136 Extraordinária do CNDM registrou-se: a comissão de sistematização realizar um material
137 prático que destaca os temas já trabalhados e a importância da territorialidade na



138 construção das políticas e fazer um documento separado sobre os papéis das comissões
139 que receberam; o lançamento da 5ª Conferência Nacional foi proposto para ocorrer no
140 Palácio do Planalto, como um gesto simbólico ligado ao encerramento da 4ª Conferência
141 e aos princípios de democracia e igualdade.